

mercado

Orçamento sem mutreta dana Bolsonaro

Sem arranjo nos precatórios, não tem dinheiro para Auxílio Brasil e para emendas

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

No que tem de interesse político imediato, o que é o Orçamento federal para 2022? Não tem dinheiro para aumentar o valor do Bolsa Família ou pagar o benefício a mais gente. Corta-se pela metade o valor das emendas que os congressistas podem destinar a projetos de seu interesse. Subestima-se o aumento de despesas devido ao reajuste do salário mínimo (reajuste apenas pela inflação: não vai haver reajuste real para o salário nem para o piso de benefícios sociais, como os da Previdência). Não prevê dinhei-

ro bastante para o fundo eleitoral que o Congresso quer. É otimista demais quanto ao crescimento da economia. Ou seja: tende a haver mutreta para acomodar muita despesa politicamente sensível, um arranjo qualquer entre o Congresso, Jair Bolsonaro e a Justiça. Se não houver mumunha, Bolsonaro ficará um tanto mais frito, sem dinheiro para seu pacote eleitoral e para pagar o aluguel do centrão. De onde vai vir o dinheiro para financiar despesas extras? De algum tipo de moratória

disfarçada (calote provisório) dos gastos com precatórios, pagamentos de despesas definidos em sentenças judiciais. Como quase todo o mundo já deve saber, o governo federal tem de pagar R\$ 89,1 bilhões em precatórios no ano que vem, despesa imprevista porque a administração Bolsonaro é uma baderna inepta, também no ministério da Economia. Neste ano, essa conta é de R\$ 55 bilhões. Para 2022, a previsão dos economistas bolsonarianos era de R\$ 57 bilhões. Logo, desapareceu uma oportunidade

de gastos de uns R\$ 32 bilhões. Paulo Guedes e turma haviam inventado uma emenda constitucional para dar um calote provisório nessa despesa, entre outras mumunhas para manipular o Orçamento e a dívida pública. Luiz Fux, ministro do Supremo e candidato habitual a pacificador geral da República dos horrores de Bolsonaro, propôs um arranjo, uma espécie de “teto de precatórios”. Assim, a despesa para 2022 não apenas deixaria de aumentar como diminuiria, para R\$ 39 bilhões. De repente, reaparece-

am R\$ 50 bilhões no Orçamento. Daria ao menos para dobrar a despesa com o Bolsa Família e completar o dinheiro mínimo que parlamentares querem para emendas. Faltariam alguns caraminguás bilionários, que se ajeitariam com artimanhas e ficções orçamentárias habituais. O governo, assim, correria ainda menos risco de ser processado, teria o básico de seu pacote fiscal eleitoral e o Congresso não seria culpado de promover zorra fiscal. Isso que é “pacificação” e “harmonia” entre Poderes. Vai pegar mal em parte de “o mercado”, que, no entanto, em parte já engoliu a mutreta e cobra juros maiores por causa do risco de zorra fiscal. Vítimas do calote podem tentar provocar a Justiça. Parte dessa despesa (com o Fundef, com os estados) talvez seja extrateto (não entra no limite de gas-

tos do Orçamento), como afirma Felipe Salto, diretor da Instituição Fiscal Independente. Sim, é fato que o gasto com precatórios dar saltos tamanhos é indicio de problemas sérios (de incompetência da advocacia do governo, de judicialização indevida de despesas, de arbitrariedade e avanços do governo no bolso dos outros etc.). É certo que, sem aumentar o Bolsa Família, haverá fome ainda mais feia (a curto prazo, quase não há de onde mais tirar dinheiro). De resto, nem é preciso dizer que o dinheiro para investimento “em obras” mingua a quase nada ou que a penúria na ciência, educação e tecnologia será a mesma de 2021. O problema é que se faz tudo à matroca, por meio de gambiarras politiquieira, o que terá sequelas, como o descrédito e a ruína progressiva do país. vinicius.torres@grupofolha.com.br

Salário mínimo é estimado em R\$ 1.169, mas deve subir

Previsão de reajuste de 6,2% é feita com base em parâmetro defasado de inflação

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA O governo prevê que o salário mínimo subirá para R\$ 1.169 a partir de janeiro de 2022. Hoje, o piso salarial é de R\$ 1.100 por mês. O valor, porém, tende a ser elevado nos próximos meses, pois, para calcular o aumento, a equipe econômica usou uma estimativa de inflação defasada. A conta do reajuste considera que a inflação (medida pelo INPC) será de 6,2% até dezembro. No entanto, as projeções do mercado já apontam para uma inflação acima de 7%. A nova estimativa para o salário mínimo foi incluída na proposta de Orçamento de 2022, enviada ao Congresso nesta terça-feira (31). O projeto orçamentário foi elaborado num cenário que é considerado por economistas

como irreal. Para a elaboração das contas do ano que vem, a equipe econômica optou por manter as projeções econômicas divulgadas em julho. No entanto, diante das oscilações do mercado nas últimas semanas, as previsões para os indicadores tiveram mudanças significativas. No caso do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que baliza o reajuste do salário mínimo —também é usado em acordos e negociações coletivas de trabalho—, a previsão do Ministério da Economia apresentada em julho considera uma alta de 6,2% no ano, enquanto o mercado e também integrantes do governo esperam um crescimento mais forte. Em agosto, o secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, apresentou um cenário de inflação mais



Governo prevê R\$ 2 bilhões para Censo, e IBGE diz que é pouco

Thiago Resende, Bernardo Caram e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO Após dois anos seguidos de cortes e adiamentos, o governo voltou a prever recursos para a realização do Censo Demográfico. O plano é reservar R\$ 2 bilhões para o levantamento no Orçamento de 2022. O valor, porém, é considerado insuficiente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que alega precisar de R\$ 2,3 bilhões, segundo nova estimativa feita no primeiro semestre de 2021. O Censo estava marcado para 2020, mas foi suspenso por causa da pandemia da Covid-19. O governo tentou novamente realizar em 2021, mas houve mais um adiamento. Em 2020, os recursos previstos para a pesquisa foram redirecionados a medidas de combate à pandemia. Neste ano, o governo reduziu o orçamento de R\$ 2 bilhões para R\$ 135,6 milhões, gerando uma protestos entre funcionários do IBGE e especialistas. Em nota, o IBGE ressaltou que, em maio, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu por 10 votos a 1 que “o Poder Executivo, em articulação direta com o Congresso Nacional, assegure os créditos orçamentários suficientes para a realização do Censo Demográfico do IBGE”.

O instituto diz que chegou a questionar o valor previsto no projeto de lei orçamentária como insuficiente para a pesquisa, mas foi orientado pelo Ministério da Economia a realizar “gestões no Congresso Nacional” ou “demandar crédito adicional após eventual aprovação do orçamento”. “Ao determinar a adoção de medidas administrativas e legislativas para a realização do Censo”, diz o IBGE, “o STF estabeleceu que a União deve adotar todas as medidas legais necessárias para viabilizar a pesquisa censitária, inclusive no que se refere à previsão de créditos orçamentários para a realização das despesas públicas”. “Ao IBGE caberá atuar junto ao Congresso Nacional, num trabalho de mobilização e convencimento sobre os interesses públicos relacionados ao Censo Demográfico, para que a União assegure o que foi determinado pelo STF”, completa o instituto. Em março, após o anúncio do corte da maior parte dos recursos, a presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, deixou o cargo. Em carta, ex-presidentes do instituto alegaram que um novo adiamento da pesquisa deixaria “o país às cegas”. Na época, a verba para o projeto tinha sido reduzida para cerca de R\$ 70 milhões. O cor-

te foi feito por congressistas e motivado pela busca de recursos para bancar emendas parlamentares —forma que um deputado ou senador tem de enviar dinheiro para projetos e obras em sua base eleitoral. Após os protestos iniciais, os próprios funcionários do IBGE passaram a apoiar o adiamento da pesquisa, diante do surgimento da segunda onda da pandemia, que dificultaria tanto o treinamento dos profissionais temporários quanto a coleta dos dados. Realizado a cada dez anos, o Censo pretende visitar todos os domicílios de todo o país para coletar dados sobre seus moradores e, assim, compor um retrato detalhado da população brasileira. Para a edição atual, são estimadas visitas em cerca de 72 milhões de residências. De acordo com especialistas, o adiamento do Censo gera perda de qualidade das políticas sociais, redução na eficiência da distribuição de recursos para os municípios e descompasso nas pesquisas regulares de emprego e renda. Entre os problemas causados pelo atraso está a distribuição de recursos públicos, já que o volume transferido nas cotas dos fundos de participação estaduais e municipais tem por base o número de habitantes de cada local. O número de moradores

ajuda a definir, por exemplo, os coeficientes de repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), uma das principais fontes de receita das prefeituras, usado sobretudo para custear a folha de pagamento. Sem a nova contagem da população, as estimativas ficam defasadas. BNDES vai exigir vacinação para volta à atividade presencial

Catia Seabra

RIO DE JANEIRO Com o avanço da variante delta do coronavírus, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) adiou em um mês a retomada da atividade presencial na empresa. Previsto para esta quarta-feira (1º), o retorno foi postergado para 4 de novembro. Em comunicado, o banco também determinou que apenas imunizados tenham acesso ao prédio. Em um informe de três semanas atrás, o banco afirmou que não seria exigido comprovante de vacinação para entrar no prédio. Um novo comunicado, do dia 20 de agosto, informa que “somente terão acesso às dependências do BNDES empre-

gados, visitantes e terceirizados imunizados, salvo casos excepcionais, conforme autorização prévia do subcomitê de contingência”. A estatal informou ainda que “irá solicitar aos empregados, durante o mês de setembro, informações sobre status de vacinação e opção por trabalho presencial ou remoto”. Presidente da associação de funcionários do banco (AFBNDES), Arthur Koblitz conta que a diretoria discutiu com os trabalhadores a quem caberia fiscalizar se o empregado foi vacinado ou não. A tarefa ficará a cargo do banco. Os detalhes serão apresentados nesta terça-feira (1) em uma reunião virtual. “Quem vai fiscalizar é o banco. Só vai entrar quem pode comprovar que tomou as vacinas. Ainda não foi decidido o que fazer com os que se recusarem a tomar”, disse. Essa não é a única mudança. Pelo calendário anterior, os trabalhadores (cerca de 2.500) voltariam 15 dias após a data da aplicação da segunda dose da vacina contra a Covid em suas cidades, ou 30 dias depois do dia previsto para a vacinação em dose única. Pela nova programação, os ocupantes de cargos de confiança retornam a partir de 4 de outubro. Os demais empregados voltam a partir de novembro.